



AS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E OS REFLEXOS NA QUALIDADE DE VIDA DA CLASSE TRABALHADORA NOS MARCOS DO ESTADO NEOLIBERAL

Ana Aparecida Morais de Oliveira¹

Tânia Maria Santana dos Santos²

RESUMO

Este artigo é parte da proposta de nossa pesquisa de mestrado e tem por objetivo incitar à reflexão sobre a efetividade das ações de Responsabilidade Social – RS, num contexto onde a classe trabalhadora possa ser inserida como sujeito desse processo, buscando estar fortalecida e unida a fim de garantir que a qualidade de vida da mesma, no tocante às condições do ambiente de trabalho, a saúde e segurança do trabalhador, possam ser consideradas como a base para Responsabilidade Social – RS.

Palavras-chave: classe trabalhadora, responsabilidade social, qualidade de vida do trabalhador.

ABSTRACT

This article is part of our research proposal for master's and aims to encourage reflection on the effectiveness of Social Responsibility - RS, under conditions where the working class can be inserted as the subject of this process, trying to be strengthened and united in order to ensure that the quality of life of it, on the conditions of the working environment, health and worker safety, may be considered as the basis for Social Responsibility - RS.

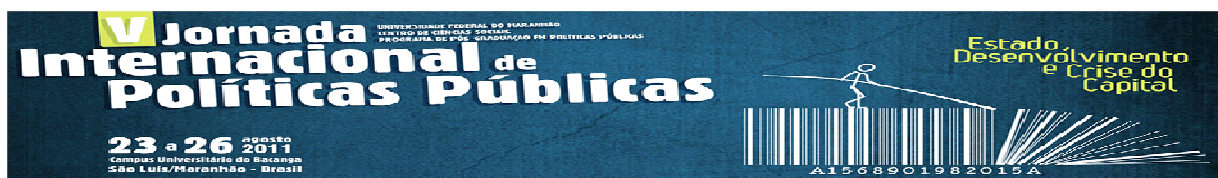
Keywords: working class, social responsibility, quality of life of the worker.

I. INTRODUÇÃO

Este artigo busca apresentar que a qualidade de vida da classe trabalhadora, no tocante às condições do ambiente de trabalho, a saúde e segurança do trabalhador, a garantia do direito ao trabalho, as mudanças no processo de produção são ações que deveriam ser consideradas como a base para Responsabilidade Social – RS.

¹ Estudante de Pós-graduação. Universidade Federal de Mato Grosso(UFMT). ana.ana.kam@gmail.com

² Doutora. Universidade Federal de Mato Grosso(UFMT)



Nesse sentido, propõe-se uma reflexão sobre a questão de efetividade da RS, evidenciando que devem ser levados a sério os conflitos da classe trabalhadora, particularmente os que resultam da precarização do trabalho e o empobrecimento da classe trabalhadora em face ao Neoliberalismo.

A estratégia publicitária desse processo é capaz de incutir na cabeça das pessoas falsas benevolências neoliberais, como a de uma empresa cidadã, empresa socialmente responsável, favorecendo o aumento do lucro das mesmas, incorporado através do valor agregado à sua imagem, pelo discurso de responsabilidade social.

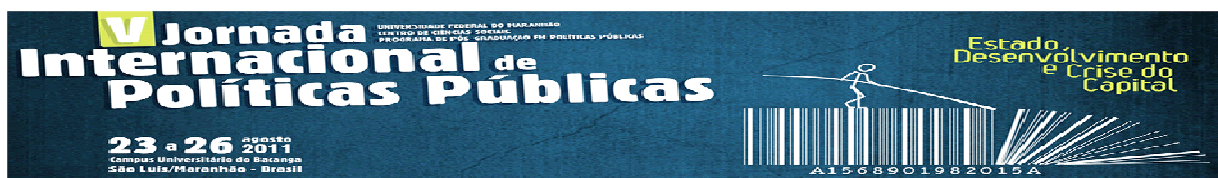
Em Netto temos:

[...] é preciso deixar de lado toda a ideologia que tenta revestir com um verniz moralizador a ação das empresas capitalistas; essa ideologia (atualmente resumida nos motes “empresa cidadã”, “empresa com responsabilidade social”, etc.) pretende ocultar o objetivo central de todo e qualquer empreendimento capitalista: a caça aos lucros (NETTO, 2008, p.97).

Isto posto, percebe-se a responsabilidade social, como um discurso sem volta. Entretanto, a mesma não objetiva romper com a lógica do capitalismo; de exploração da mão de obra do trabalhador e o usufruto da mais valia produzida pelo mesmo, mas sim favorecer uma roupagem de um capitalismo brando, social, preocupado com a preservação dos recursos naturais e a sobrevivência do planeta, sob a égide da Sustentabilidade.

Atualmente o empregado é doutrinado a executar diversas funções ao mesmo tempo, o que o leva a um nível de estresse altíssimo, sob a ilusão de que há a seguinte equação: aumento de produtividade, multifuncionalidade = aumento de salário, participação nos lucros e aumento da rentabilidade do trabalhador.

Infelizmente, na prática ocorre o contrário, há uma redução de despesas para a empresa toda vez que um trabalhador executa a função de três, como por exemplo, a caixa de supermercado que faz a função de caixa, balconista da padaria, balconista dos hortifrutigranjeiros, pacoteira e algumas até de expediente bancário, mas isso não implica



dizer que a caixa do supermercado venha auferir um salário que comporte todas as funções desempenhadas.

II. WELFARE STATE: UMA TRÉGUA DO CAPITAL ANTES DA OFENSIVA

A voracidade do capital está na sua gênese conforme descreve Netto (2008) ao tratar do Modo de Produção Capitalista – MPC em sua obra. Porém uma combinação extremamente favorável permitiu que a história do capital desse uma trégua de 30 anos.

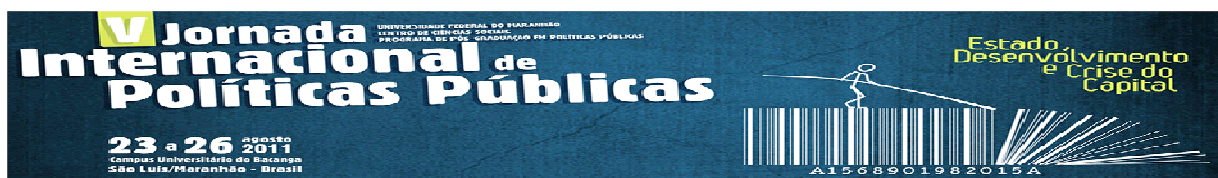
Desde o fim da segunda guerra mundial o capitalismo experimentava uma fase de grande êxito, com altíssimas taxas de lucro e produtividade e diminuição do contingente de desempregados. Esse período ficou historicamente conhecido como os anos dourados ou as três décadas gloriosas.

Diversos países experimentaram um modelo de organização do Estado em que apesar da prevalência dos interesses do capital, houve significativos avanços nas políticas que combatiam os próprios anacronismos deste modo de produção: tratava-se do Welfare State³.

Esse período histórico foi marcado pela polarização entre o bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos e o bloco socialista onde se destacava a União Soviética. O Welfare State ocorreu num momento onde a ameaça do comunismo rondava o mundo, a classe trabalhadora alcançava grande capilaridade nos países centrais e os altos índices de crescimento econômico permitiam queimar certa “gordura” com demandas sociais.

Mas tão logo a crise mundial do petróleo trouxe queda nos lucros e o ímpeto da experiência socialista decresceu, o capital prontamente estava preparado a tomar de novo as rédeas e impor uma nova ofensiva, encerrando assim os gloriosos anos e entrando nos anos do neoliberalismo.

³ Pereira (2009) explica que o Welfare State é basicamente uma instituição do século XX, caracterizada por um tipo de relação entre Estado e sociedade, antes inexistente, regida por princípios que, fazendo jus às reivindicações sociais da época, inspiraram os seguintes objetivos e políticas: extensão dos direitos sociais, oferta universal de serviços sociais, preocupação com pleno emprego.



A desregulamentação da economia, as relações capital-trabalho, o comércio entre os países, tudo isso deixaria de ser responsabilidade do Estado e passaria a ser “livre” ao mercado, pois a ação estatal gerava distorções perigosas ao pleno desenvolvimento e só o mercado seria capaz de trazer de volta o equilíbrio; assim estava dado o receituário neoliberal expresso nos documentos do Consenso de Washington.⁴

III. PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO ANTE A IDEOLOGIA NEOLIBERAL: DESEMPREGO, INFORMALIDADE E TERCEIRIZAÇÃO

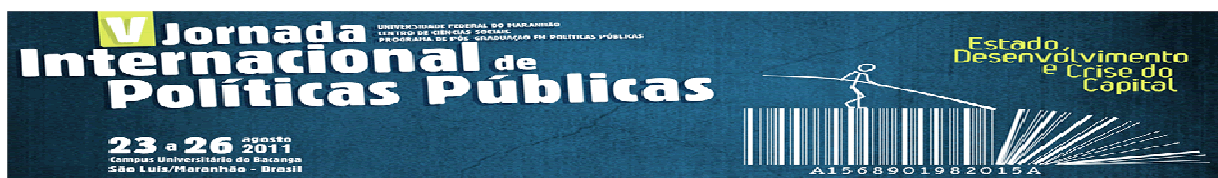
A preocupação com as discussões e implementação da tão reverenciada Responsabilidade Social e quais as consequências reais para os trabalhadores, nos leva a refletir com base em Soares (2002) que as diretrizes traçadas no Consenso de Washington, norteadoras do ideário neoliberal, que incluíam a ausência do Estado das funções não prioritárias, deixando-o à mercê da regulação do mercado, já faziam alusão a um desenvolvimento autossustentado.

Se a sustentabilidade está de certo modo inserida na cartilha neoliberal, então a classe trabalhadora é chamada a refletir sobre o seu papel nesse contexto de produção voltada à responsabilidade social, a fim de não ser novamente lograda da luta por condições dignas de trabalho.

Deve ser considerado que o resultado da implantação das diretrizes do Consenso, foram desastrosas para os trabalhadores, levando ao extremo o processo de precarização do trabalho nitidamente visualizado no aumento dos índices de desemprego, na fragilização da tutela dos direitos trabalhistas e na origem de verdadeiras anomalias nas relações de trabalho.

Sem o intuito de esgotar os modelos de precarização que revelam tais anomalias, propomos uma reflexão sobre a terceirização, informalidade e o aumento das condições indignas de trabalho; sendo essas nuances contrárias à qualidade de vida do trabalhador,

⁴ O Consenso de Washington a partir de 1979 propunha uma retirada gradual do Estado da economia, consistindo no ideário que deu sustentação ao neoliberalismo.



ao aferimento justo de renda e a garantia da eficácia dos direitos sociais que permitam o mínimo para sobrevivência e dignidade da pessoa humana.

Baseando-se em Borges (2005), vê-se que para manter a espinha dorsal do neoliberalismo que incluem política monetária de recessão, livre fluxo de capitais e política fiscal restritiva, países como o Brasil vivenciaram o apogeu do desemprego, particularmente na década de 1990.

Os novos modelos de gerenciamento concebidos com a reestruturação produtiva, a vigilância na execução das tarefas por meio de sistemas de informática, o extremo de exploração sob o argumento da multifuncionalidade, também devem ser levados em conta na contabilização da perda dos postos de trabalho formal e da busca de novas formas de sobrevivência por parte do trabalhador.

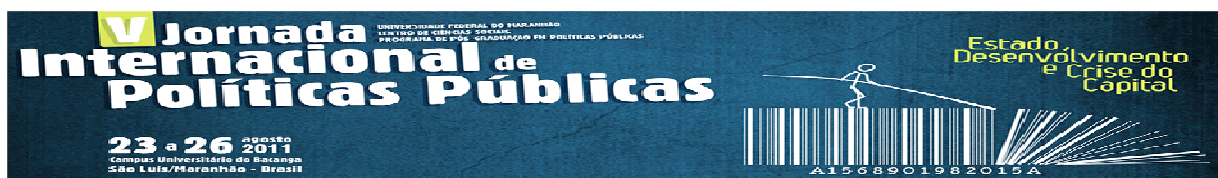
Em Soares (2002) é trabalhado o aspecto de que a legislação trabalhista tem sofrido um retrocesso quanto à proteção ao trabalhador, tornando-se amplamente mercantilista, reduzindo o Estado a uma posição tão somente de assistencialismo.

Sem conseguir serem inseridos novamente no espaço de trabalho formal, muitos deles tornam-se vendedores ambulantes, prestadores de serviços de assessoria, catadores de material reciclável, dentre outras diversidades dessa transformação no mundo do trabalho.

Há de ser considerado que o contingente de trabalhadores condenados à nova realidade de um desemprego estrutural alarmante, tem conseguido formas de sobrevivência, entretanto, perderam os direitos à proteção do trabalho, não sendo protegidos da dispensa arbitrária, não tendo acesso a férias, 13º salário, FGTS, aposentadoria, dentre outros.

Entretanto, a realidade dos trabalhadores formais não está aquém da perda de direitos trabalhistas e da desproteção ao emprego. Isso se dá através da flexibilização da legislação, que permite, por exemplo, a compensação de horas extras por meio do banco de horas, ao invés do recebimento das mesmas, o que também reflete em redução dos valores indenizatórios.

Considerando essa realidade da pressão exercida do contingente de reserva, aliada a novos discursos, dentre eles o da RS, as doenças ocupacionais derivadas da era



da tecnologia, como as Lesões por Esforços Repetitivos – LER, Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho – DORT, o não cumprimento das normas de segurança no trabalho e de saúde do trabalhador, torna-o absolutamente fragilizado para travar lutas por garantia à proteção do emprego e cumprimento das leis trabalhistas e ambientais.

Essa situação é o cenário perfeito para que formas de flexibilização do trabalho como a terceirização ganhem êxito e avancem de modo avassalador, atendendo ao ideário neoliberal da eficácia, da redução de custos introduzido no serviço público, que já sofreu o estrago das privatizações.

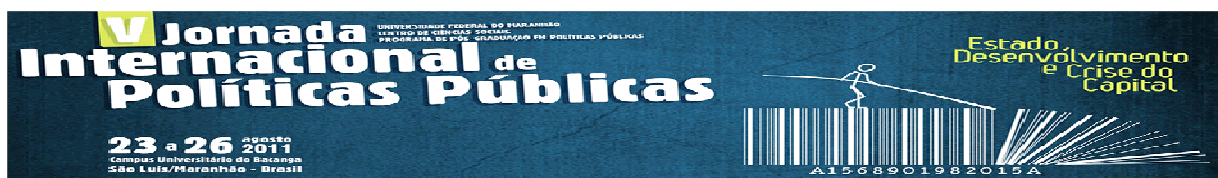
A terceirização se alastrou rapidamente pela economia brasileira, tendo forte ímpeto no setor público, servindo como um dos principais instrumentos na implementação da reestruturação produtiva no país, sob a égide de ser essencial na garantia da produtividade e redução de custos. Essa expansão da terceirização possui um caráter predatório, provocando a desestruturação e perda de identidade da classe trabalhadora.

É pertinente, então, a reflexão, de que na RS há uma primazia nas relações de trabalho, particularmente, quanto às novas tendências que, falseadas pelo discurso da flexibilização do trabalho, por vezes, colocam o trabalhador em condições de trabalho, que o levam a adoecer física e psicologicamente, sem contar, a perda constante de direitos trabalhistas, frente ao medo do desemprego e o assédio moral a que muitos são submetidos.

4. CONCLUSÃO: RESPONSABILIDADE SOCIAL – FERRAMENTA A FAVOR DO AUMENTO DO LUCRO E DA EXPLORAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

A ideia de responsabilidade social é consequência das inquietações geradas no meio da sociedade, sociedade esta, que com o passar dos anos, têm se modificado, ante a exploração dos recursos naturais e da força de trabalho dos indivíduos.

A responsabilidade social tem se apresentado basicamente como um discurso sem volta, entretanto, a mesma não objetiva romper com a lógica do capitalismo; de exploração da mão de obra do trabalhador e o usufruto da mais valia produzida pelo mesmo.



Pensar a RS como benefício para toda a sociedade, sem considerar as condições de trabalho e a qualidade de vida do trabalhador como parte essencial do processo, seria reduzir a RS, a um mero discurso vago, genérico, utópico e sem materialidade na vida do ser humano, pois como poderia ser estendido à coletividade, aquilo que não se realiza nem mesmo no ambiente interno da empresa.

A fim de que a RS não se limite a resignificação do lucro, aumentando-o para os cofres das empresas, pelo valor agregado à imagem da empresa socialmente responsável, devem ser considerados a garantia ao trabalho, aos direitos trabalhistas e qualidade de vida do trabalhador.

São pertinentes as considerações de Fleck (2000) de que a qualidade de vida implica, de acordo com o postulado da OMS em um completo bem estar físico, mental e social.

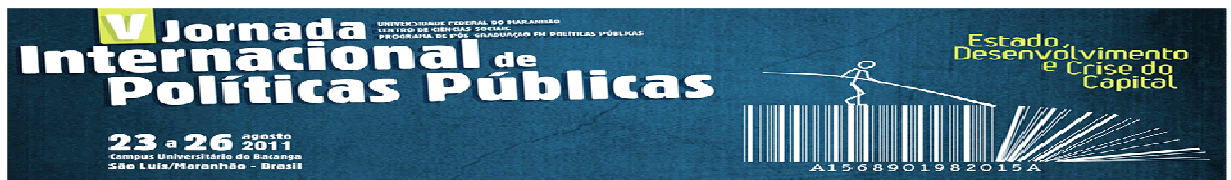
Nesse sentido, Gonçalves (2005) incita à reflexão sobre o enxugamento da ação do Estado e armadilhas no ambiente de trabalho, falseadas pela ideia de trabalho voluntário que prolongam jornadas de trabalho; enfraquecem os sindicatos e colocam uma situação de uma igualdade irreal entre os países para o cumprimento das normas de Responsabilidade Social.

A RS torna-se um grande aliado do capital, sendo as ações de sustentabilidade não mais contempladas como despesa pela empresa, mas sim, como investimentos, que contabilizam maiores lucros.

Assim a abertura de novos mercados ou manutenção dos já conquistados, tem utilizado de pesquisas minuciosas que avaliam o comportamento do consumidor e comprovam o quanto esse é influenciado na escolha de produtos que tragam consigo os selos de sustentabilidade, altamente explorados pelo marketing empresarial.

Os selos de certificação como “empresa cidadã”, “amiga da criança”, “produto feito sem degradação ambiental” ou com “madeira reflorestada”, dentre outros tem servido como fator principal na escolha de muitos produtos e de desempate entre os que são absolutamente iguais em preços e qualidade.

Entretanto, não atribui à imagem da empresa sustentável a dura realidade de exploração do trabalhador, que por não participar desse acréscimo real do lucro e por ser sujeito da precarização do trabalho e da fragilidade das leis trabalhistas, permanece num



estado de adoecimento que o tem levado à negação da luta por garantia de emprego e de condições de trabalho.

Essas dificuldades também refletem o contexto globalizado, sendo esse revestido de processos de imigração e emigração constantes, o que contribui para o adoecimento do trabalhador e a perda de identidade do mesmo.

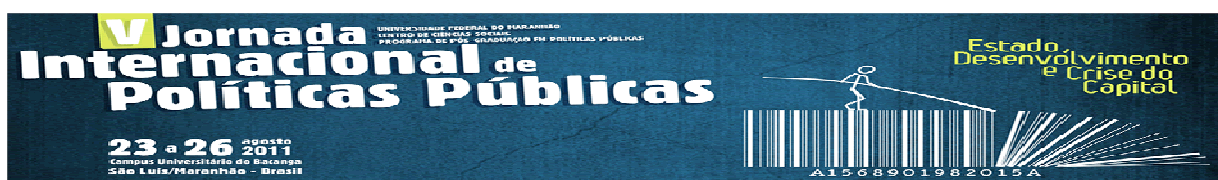
A respeito disso, diz Hobsbawm:

[...] as principais perturbações surgiram quase que certamente da mobilidade da massa, pois nossas transformações econômicas e sociais implicam migração em massa dentro do país e entre países. Nem a industrialização capitalista nem a socialista são concebíveis sem migração. E esta provoca os problemas específicos com “forasteiros” ou “estrangeiros” – um problema já criado em muitas regiões por padrões pré-capitalistas de povoação e colonização (HOBBSAWM, 2008, p.83).

Ocorre, que dentre as consequências dessa mutação da estrutura capitalista e das constantes migrações, as empresas que deveriam observar as mesmas condições quanto ao ambiente de trabalho referentes à qualidade de vida dos trabalhadores – QVT, como medidas de segurança do trabalho, programas de prevenção de doenças laborais e de controle dos riscos ambientais, a despeito de onde estiverem instaladas, por vezes fazem o contrário.

Tal contrariedade é evidenciada no fato de que as empresas mudam seu ambiente de produção para países de legislações trabalhistas frágeis, sindicatos sem eficácia, bem como condição econômica e social de vida mínima, a fim de conseguirem mão de obra barata e se safarem das exigências determinantes da QVT e de uma postura verdadeira de RS, que supere o discurso e se concretize na vida dos seres humanos.

Frente às transformações no mundo do trabalho e as consequências sociais para os trabalhadores, propomos buscar respostas que demonstrem se as ações de Responsabilidade Social servem apenas para aumentar o lucro das empresas ou há melhoria na qualidade de vida da classe trabalhadora com redução do seu empobrecimento e qual tem sido o papel da Classe Trabalhadora nesse process, em prol da conquista de sua qualidade de vida.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FLECK, M. P. A. O instrumento da avaliação da qualidade de vida da Organização Mundial de Saúde (Whokol-100): características e perspectivas. Vol. 5 N – 1, Ciência e Saúde Coletiva, 2000

GONÇALVES, Aguinaldo; GUSTAVO, Luiz Gutierrez; VILARTA, Roberto (Org.). Gestão da Qualidade de Vida na Empresa. Campinas-SP: IPES Editorial, 2005.

HOBSBAWM, E. Mundos do Trabalho. Novos estudos sobre História Operária. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. 5 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

NETTO, João Paulo. Braz, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007.

PEREIRA, Potyara A. P. Política Social: Temas e Questões. 2ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SOARES, Laura Tavares. Os Custos Sociais do Ajuste Neoliberal na América Latina. 2ed. São Paulo: Cortez, 2002.
